PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES

CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES

ASSISTENTE LEGISLATIVO

(NÍVEL MÉDIO)

TIPO

1

MANHÃ

SUA PROVA E TEMPO

- Este caderno contém **70 (setenta)** questões objetivas.
- Verifique se este material está completo e corresponde ao cargo e especialidade para o qual você se inscreveu.
- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento do cartão de respostas.
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

INFORMAÇÕES GERAIS

- **ATENÇÃO! Confirme se o TIPO da sua prova é o mesmo no seu CARTÃO DE RESPOSTAS.**
- No cartão de respostas, confira seu nome, número de inscrição e documento de identidade.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no espaço reservado no cartão de respostas.
- O preenchimento do cartão de respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

FGV CONHECIMENTO

Conhecimentos Gerais
Língua Portuguesa

1

Uma emissora de televisão, quando da Copa do Mundo de 2026, exibia a seguinte frase:

"Todo dia uma história diferente. A Copa não para!"

Assinale a afirmação correta sobre essa frase.

(A) Trata-se de uma mensagem publicitária.
(B) O receptor da frase é pessoa desinteressada por esporte.
(C) A frase contém uma crítica aos canais rivais.
(D) A linguagem da frase mostra intimidade com o receptor.
(E) O objetivo da frase é destacar positivamente o futebol.

2

A seguir aparece um conjunto de frases publicitárias de uma agência de viagens.

Assinale aquela que é expressa em linguagem culta.

(A) Não deixe sua viagem de hoje para amanhã!
(B) Mais vale um gosto que três vinténs. Viaje!
(C) Faça uma média com sua esposa. Vá à Europa!
(D) A Argentina fica aqui pertinho. Vá lá!
(E) Não viaje para países do outro mundo. Vá aos desse!

3

Na prática da escritura, às vezes prefere-se uma perífrase a um vocábulo simples.

A opção em que a substituição de uma perífrase por um vocábulo foi feita de forma ***inadequada*** em função do significado não ser correspondente, é

(A) atribuir a culpa a alguém = incriminar
(B) voltar de uma viagem = regressar.
(C) fazer face a uma dificuldade = enfrentar.
(D) vir em auxílio = ajudar.
(E) expressar-se em voz alta = protestar.

4

Em todas as opções a seguir, há um processo de nominalização (mudança para um substantivo) do verbo.

Assinale a frase em que a mudança do verbo sublinhado foi feita de forma ***inadequada***.

(A) Quando chegar a hora de morrer não quero perder nem um segundo / a perda de.
(B) Morro toda noite para ressuscitar toda manhã / a ressurreição.
(C) Nunca perco a ocasião de aprender / de aprendizagem.
(D) E depois, morrer não é nada, é terminar de nascer / o término.
(E) Os homens, ao fugir da morte, perseguem-na / na fuga.

5

Nas frases a seguir, alguns termos indicativos de modo foram substituídos por advérbios com o sufixo *-mente.*

Assinale a frase em que isso foi feito de forma adequada.

(A) Os protestos surgiram em consequência do aumento de impostos / consecutivamente ao.
(B) Os maus resultados da falta de estudos foram surgindo pouco a pouco em sua trajetória de vida / paulatinamente
(C) Os desenhos foram cobertos por uma tinta escura, que trazia um tom depressivo ao quadro / obscuramente.
(D) O time sempre agia com muita precaução / preventivamente.
(E) A tropa repeliu o ataque com fúria / efusivamente.

6

Gandhi, o célebre pensador indiano, escreveu certa vez:

"Quando eu me desespero, lembro-me que por toda a história, a verdade e o amor sempre vencem. Existiram assassinos e tiranos e, por um tempo, eles pareceram invencíveis. Mas, no fim, eles sempre caíram. Penso nisso, sempre.".

Assinale a opção que apresenta um erro gramatical na tradução do trecho original.

(A) A colocação do pronome na frase inicial, que deveria ser "Quando eu desespero-me".
(B) A falta da preposição "de" em "lembro-me de que por toda a história".
(C) A forma verbal "vencem" deveria estar no singular.
(D) As duas ocorrências do pronome "eles" se referem a antecedentes diferentes.
(E) O pronome demonstrativo "nisso" deveria ser substituído por "nisto".

7

Assinale a frase em que o termo sublinhado pertence à linguagem lógica e não à figurada.

(A) Um talento escondido nunca é um tesouro enterrado. Os talentos se tornam tesouros apenas com o uso.
(B) Ninguém faz fofocas com as virtudes das outras pessoas.
(C) O melhor remédio para um coração partido é o tempo.
(D) A verdade precisa cair em solo fértil.
(E) Apaixonar-se é entrar em um estado de anestesia da percepção.

8

O segmento que ***não pode*** ser incluído entre provérbios é o seguinte:

(A) Quando o rio está seco, a água sempre retorna no verão.
(B) O silêncio é uma cerca em torno do conhecimento.
(C) Quando dois elefantes brigam, quem sofre é a grama.
(D) Ligue antes que cortem nossos telefones.
(E) A sorte e o vidro quebram com facilidade.

9

A frase a seguir que deve estar incluída na seção de "Política" e não na de "Tempo", num dicionário de citações, é:

(A) Já vi o futuro, e não funciona.
(B) Viva como se não houvesse amanhã e aprenda como se fosse viver para sempre.
(C) O poder sem abuso perde o encanto.
(D) O passado é um presente sem presença.
(E) Nada é eterno, nem sequer o agradecimento.

10

A história é o tema de todas as frases a seguir.

Assinale aquela que mostra uma visão negativa da história.

(A) A história é um grande sistema de alerta.
(B) Sempre se escreve a história erradamente. Por isso precisa ser reescrita sem cessar.
(C) O momento de extrair uma lição da história está sempre à mão para os sábios.
(D) Quero ser apenas uma pequena nota no pé da página da História.
(E) Se quisermos progredir, devemos repetir a História.

11

Em todas as frases a seguir há um pronome sublinhado.

A frase em que esse pronome se refere a um termo posterior e não a um termo anterior da frase, é:

(A) Ninguém pode mudar o seu passado, porém todos podem contá-lo ao contrário.
(B) O passado é a única realidade humana. Tudo o que é já passou.
(C) O rio do tempo leva consigo suas margens.
(D) Pela manhã não saberemos o que a tarde nos poderá trazer.
(E) A geração que começa uma revolução dificilmente a completa.

12

Observe o seguinte texto argumentativo:

“Acho que será o fim do progresso se você parar no tempo e ficar pensando o que fez no passado. Eu continuo em frente.”.

A identificação correta de um dos seus elementos textuais é que

(A) a tese apresentada é dirigida a alguém específico.
(B) a tese é mostrada como uma certeza.
(C) o argumento apresentado se apoia numa opinião pessoal.
(D) a última oração apoia os argumentos anteriores.
(E) a frase mostra uma contra-argumentação.

Raciocínio Lógico e Matemático

13

No arquivo da Câmara Municipal, há uma gaveta contendo apenas relatórios de fiscalização orçamentária. Ao todo, são 16 relatórios da área da Saúde e 64 relatórios da área da Educação. Cada relatório tem uma capa, mas as capas são todas indistinguíveis entre si.

Um Assistente Legislativo precisa retirar, aleatoriamente, um relatório dessa gaveta para levar a uma reunião de comissão.

A probabilidade de o relatório retirado ser da área da Saúde é de

(A) 16%.
(B) 20%.
(C) 25%.
(D) 30%.
(E) 80%.

14

Para organizar o fluxo de atendimento ao público na recepção da Câmara Municipal, os assistentes utilizam um protocolo padrão de triagem que segue uma sequência lógica estrita de identificação de processos ao longo do dia, utilizando as etiquetas V (Verde), A (Azul), M (Amarela) e R (Vermelha). A sequência de identificação dos processos segue rigorosamente o seguinte padrão repetitivo:

V, A, A, M, R, V, A, A, M, R, V, A, A, M, R, ...

Um assistente legislativo realizou a triagem de exatamente 73 pastas em um único turno. O número total de pastas que receberam a etiqueta A (Azul) nesse turno foi igual a

(A) 14.
(B) 16.
(C) 28.
(D) 30.
(E) 31.

15

Uma das regras de funcionamento da Câmara Municipal estabelece a seguinte diretriz:

"Se o relatório técnico apresentar erros de cálculo, então o projeto de lei será arquivado."

Do ponto de vista da lógica proposicional, assinale a opção que apresenta uma proposição logicamente equivalente a essa diretriz.

(A) Se o relatório técnico não apresentar erros de cálculo, então o projeto de lei não será arquivado.
(B) Se o projeto de lei for arquivado, então o relatório técnico apresenta erros de cálculo.
(C) Se o projeto de lei não for arquivado, então o relatório técnico não apresenta erros de cálculo.
(D) O relatório técnico apresenta erros de cálculo ou o projeto de lei será arquivado.
(E) O relatório técnico apresenta erros de cálculo e o projeto de lei não será arquivado.

16

Durante a análise da execução física e financeira do plano básico de ação da Câmara Municipal, um assistente legislativo constatou que, do orçamento total previsto para o setor de contratação de serviços naquele ano, exatamente 40% já haviam sido liquidados e pagos. Do saldo restante do orçamento, 30% estavam em fase de auditoria documental. Os 70% restantes desse saldo, correspondentes a R$ 252.000,00, representavam a parcela do orçamento que ainda não havia sofrido nenhuma movimentação.

O valor total do orçamento inicialmente previsto para esse setor da Câmara Municipal era

(A) maior que R$ 595.000,00.
(B) maior que R$ 590.000,00 e menor que R$ 595.000,00.
(C) maior que R$ 585.000,00 e menor que R$ 590.000,00.
(D) maior que R$ 580.000,00 e menor que R$ 585.000,00.
(E) menor que R$ 580.000,00.

Noções de Informática

17

Um Assistente Legislativo elaborou uma minuta de ato administrativo utilizando o MS Word 365 (BR) e a encaminharia a outro servidor para revisão. Antes do envio, desejava permitir que o revisor editasse livremente o documento, assegurando que todas as inserções, exclusões e alterações de formatação permanecessem registradas até a análise final. Além disso, pretendia impedir que o revisor interrompesse esse registro ou consolidasse definitivamente as modificações realizadas sem sua autorização.

Para atingir esse objetivo, o Assistente Legislativo deveria

(A) configurar uma senha para abertura do documento, restringindo seu acesso apenas aos usuários autorizados, sem modificar as permissões de edição após sua abertura.

(B) configurar o documento como versão final, indicando aos revisores que seu conteúdo havia sido concluído e desencorajando novas alterações durante a revisão.

(C) configurar restrições de edição mediante senha, permitindo exclusivamente a inserção de comentários durante todo o processo de revisão do documento.

(D) configurar proteção por senha para o registro das modificações, permitindo a edição do documento, mas impedindo a interrupção do acompanhamento das revisões e a aceitação ou rejeição das alterações sem autorização.

(E) configurar a abertura recomendada em modo somente leitura, permitindo que as alterações fossem gravadas em uma nova versão do documento.

18

Durante a migração de documentos para um novo sistema eletrônico, a Câmara Municipal verificou que os códigos dos tipos documentais eram armazenados em uma única célula da planilha, conforme o seguinte padrão:

PL1587

em que:

- PL representa o tipo documental; e
- 1587 representa o número do documento.

Considerando que o código encontra-se na célula A2, o servidor deseja extrair automaticamente apenas a sigla do tipo documental.

A fórmula que atende corretamente a esse objetivo é

(A) =DIREITA(A2;2)

(B) =EXT.TEXTO(A2;3;4)

(C) =ESQUERDA(A2;2)

(D) =EXT.TEXTO(A2;1;4)

(E) =DIREITA(A2;4)

19

Um servidor da Câmara Municipal utilizou o recurso Modo anônimo do navegador Google Chrome para consultar determinado conteúdo na Internet. Ao encerrar a sessão, afirmou que nenhuma informação sobre sua navegação poderia ser conhecida por terceiros.

Considerando o funcionamento desse recurso, assinale a afirmativa correta.

(A) O recurso impede que informações da sessão de navegação, como histórico, cookies e dados de formulários, permaneçam armazenadas localmente no dispositivo após seu encerramento.

(B) O recurso impede que os sites visitados identifiquem ou registrem a navegação realizada pelo usuário durante a sessão.

(C) O recurso impede que o provedor de acesso à Internet monitore os endereços eletrônicos acessados durante a navegação.

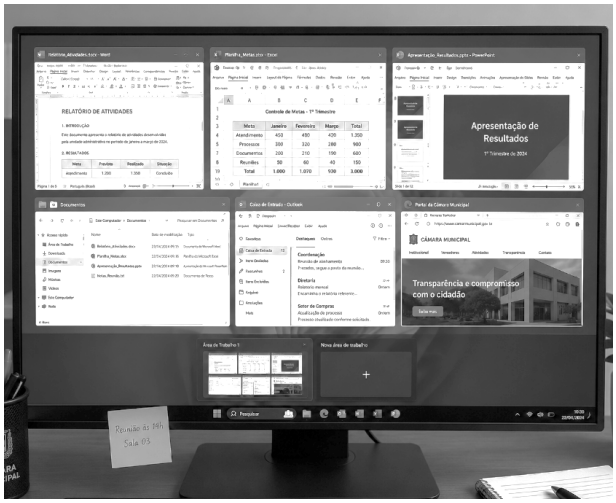
(D) O recurso impede que os arquivos baixados durante a sessão permaneçam armazenados no dispositivo após o encerramento da sessão.

(E) O recurso impede qualquer forma de rastreamento ou monitoramento da navegação realizada pelo usuário na Internet.

20

O sistema operacional MS Windows 10 (BR) disponibiliza diversas combinações de teclas de atalho que permitem executar comandos e acessar recursos do sistema de forma rápida, contribuindo para o aumento da produtividade e da eficiência na utilização do computador.

Algumas dessas combinações exibem telas específicas do sistema operacional, conforme ilustrado na tela apresentada a seguir, que exibe miniaturas das janelas abertas e das áreas de trabalho virtuais do sistema.



Com base na imagem apresentada, a combinação de teclas que permite exibir essa tela é

(A) Alt + Esc

(B) Ctrl + Tab

(C) Windows + D

(D) Windows + E

(E) Windows + Tab

Geografia e Legislação do Município de Governador Valadares

21

Leia o trecho a seguir.

A gente anda de automóvel, de avião, de trem. O ângulo de visão varia, mas a paisagem é sempre a mesma: as imensas extensões de terra devastada, erodida, vermelha. Recordo as margens do Rio Doce. Tinham me prometido florestas maravilhosas. Chega-se lá e o que se encontra são as eternas rocinhas de milho magro, plantado com o caco da enxada, no meio do rescaldo e dos troncos encarvoados das coivaras. Pode ter mata longe, lá além, rio abaixo ou rio acima. Mas perto de gente, perto de povo, o fogo e o machado devoraram tudo.

Adaptado de QUEIROZ, Rachel. "As matas". *O Cruzeiro* (20), 146, 1961.

O trecho permite relacionar processos históricos de ocupação do território aos atuais desafios ambientais do Rio Doce no município de Governador Valadares.

Nesse contexto, é correto afirmar que

(A) a alteração da paisagem descrita pela autora é explicada pelas variações naturais de vazão da bacia do Rio Doce e o seu relevo acidentado que geram inundações no município.

(B) a degradação ambiental citada pela autora decorre da criação de reservatórios hidrelétricos no trecho do Rio Doce correspondente ao município, que alteraram a dinâmica fluvial do rio.

(C) a retirada da mata ciliar descrita pela autora aumentou a capacidade de vazão da calha do Rio Doce, condição que ainda caracteriza o principal desafio ambiental do município.

(D) a substituição da vegetação nativa por espécies invasoras, mencionada pela autora, aumentou a capacidade de infiltração dos solos, o que favorece as cheias no município.

(E) a supressão da cobertura florestal evidenciada pela autora favoreceu a erosão e o assoreamento do Rio Doce, o que ampliou a vulnerabilidade do município às enchentes.

22

O Município de Governador Valadares é unidade integrante do Estado de Minas Gerais e da República Federativa do Brasil, com personalidade jurídica de direito público interno e autonomia político-administrativa e financeira.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Orgânica do Município de Governador Valadares, as afirmativas indicadas a seguir se referem a objetivos prioritários da referida municipalidade, ***<u>à exceção de um</u>***. Assinale-o.

(A) Proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, a justiça social e o bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, orientação sexual, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

(B) Preservar sua identidade, adequando as exigências do desenvolvimento à preservação de sua memória, tradição e peculiaridades.

(C) Priorizar o atendimento das demandas sociais de educação, saúde, transporte, moradia, abastecimento e assistência social.

(D) Promover as condições necessárias para a permanência do trabalhador e do produtor urbano na cidade.

(E) Assegurar, sempre que possível, os espaços que tornem viáveis o efetivo exercício da cidadania.

23

A Câmara Municipal reunir-se-á, em sessão ordinária, independente de convocação, nos períodos de 1º de fevereiro a 30 de dezembro de cada ano.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei Orgânica do Município de Governador Valadares, analise as afirmativas a seguir:

I. A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a aprovação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

II. Excepcionalmente, no início de cada legislatura, haverá reuniões preparatórias a partir do dia 1º de janeiro, com a finalidade, dentre outras, de dar posse aos Vereadores eleitos e diplomados.

III. Por motivo de conveniência pública e deliberação da maioria de seus membros, poderá a Câmara Municipal reunir-se, temporariamente, em qualquer local dentro dos limites do Município.

Nesse cenário, considerando essas disposições, é correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) III, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) I, II e III.

24

Surgiram discussões, no âmbito do Município de Governador Valadares, sobre a necessidade de proceder a alterações formais no texto da Lei Orgânica da referida municipalidade.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Orgânica do Município de Governador Valadares, é correto afirmar que o referido texto legal poderá ser emendado mediante proposta de

(A) metade, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; do Prefeito Municipal; e de, no mínimo, dez por cento do eleitorado do Município, por iniciativa popular.

(B) um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; do Prefeito Municipal; e de, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do Município, por iniciativa popular.

(C) um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; e do Prefeito Municipal ou de qualquer dos seus Secretários, vedada a iniciativa popular.

(D) um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; e do Prefeito Municipal, vedada a iniciativa popular.

(E) metade, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; e do Prefeito Municipal, vedada a iniciativa popular.

Noções de Direito Constitucional

25

Após preencher os requisitos previstos em lei, Lucas passou a ocupar determinado cargo na carreira diplomática da República Federativa do Brasil. Registre-se que, em determinada missão oficial no estrangeiro, mais especificamente no Chile, diplomatas do referido país sul-americano tiveram dúvidas quanto à nacionalidade de Lucas.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que Lucas

(A) pode ser tanto brasileiro, nato ou naturalizado, quanto estrangeiro, desde que seja fluente no idioma português.
(B) pode ser tanto brasileiro, nato ou naturalizado, quanto estrangeiro.
(C) pode ser tanto brasileiro nato quanto naturalizado.
(D) é brasileiro naturalizado.
(E) é brasileiro nato.

26

O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir:

I. Os membros do Conselho oriundos do Ministério Público serão indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, na forma da lei.
II. Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.
III. O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, admitida uma recondução.

Nesse cenário, é correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e II, apenas.
(E) I, II e III.

27

O Poder Público descobriu, de forma fortuita, recursos minerais – inclusive no subsolo – em imóveis localizados no Município de Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que os referidos recursos minerais são considerados bens

(A) da União, do Estado de Minas Gerais e do Município de Governador Valadares, em condomínio.
(B) do Estado de Minas Gerais e do Município de Governador Valadares, em condomínio.
(C) do Município de Governador Valadares.
(D) do Estado de Minas Gerais.
(E) da União.

Noções de Direito Administrativo

28

A Câmara Municipal de Governador Valadares criou a Comissão *Alfa*, órgão público no âmbito da estrutura interna do Poder Legislativo local. Por sua vez, o Poder Público, observadas as formalidades legais – a incluir projeto de lei aprovado na referida Câmara Municipal – instituiu a empresa pública *Beta*.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que a Comissão *Alfa* é uma manifestação da

(A) desconcentração administrativa. Por sua vez, a empresa pública *Beta*, que não é integrante da Administração Direta ou Indireta, decorre da descentralização administrativa.
(B) descentralização administrativa. Por sua vez, a empresa pública *Beta*, integrante da Administração Direta, decorre da desconcentração administrativa.
(C) descentralização administrativa. Igualmente, a empresa pública *Beta*, integrante da Administração Indireta, decorre da descentralização administrativa.
(D) desconcentração administrativa. Igualmente, a empresa pública *Beta*, integrante da Administração Indireta, decorre da desconcentração administrativa.
(E) desconcentração administrativa. Por sua vez, a empresa pública *Beta*, integrante da Administração Indireta, decorre da descentralização administrativa.

29

Após a observância das formalidades legais, o Poder Público aplicou regularmente, em detrimento da sociedade empresária *Alfa*, sanção prevista na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em razão da prática de determinada infração administrativa.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar a sociedade empresária *Alfa* sofreu a penalidade de

(A) dissolução compulsória da pessoa jurídica.
(B) interdição temporária de direitos.
(C) suspensão parcial de atividades.
(D) suspensão total de atividades.
(E) advertência.

30

Encerrado o processo eleitoral, João foi investido no mandato de Deputado no Estado *Alfa*. Por sua vez, Matheus foi investido no mandato de Prefeito do Município *Beta*. Por fim, Caio foi investido no mandato de Vereador do Município *Charlie*. Registre-se, por fim, que João, Matheus e Caio são servidores públicos, ocupantes de cargos públicos no Poder Executivo em âmbito federal e que há, nos três casos, compatibilidade de horários entre os respectivos mandatos eletivos e o exercício das funções junto à administração federal.

Nesse cenário hipotético, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que, em razão da investidura nos mandatos eletivos,

(A) apenas João e Matheus ficarão afastados dos cargos ocupados no Poder Executivo Federal.
(B) apenas Matheus e Caio ficarão afastados dos cargos ocupados no Poder Executivo Federal.
(C) João, Matheus e Caio ficarão afastados dos cargos ocupados no Poder Executivo Federal.
(D) apenas Matheus ficará afastado do cargo ocupado no Poder Executivo Federal.
(E) apenas João ficará afastado do cargo ocupado no Poder Executivo Federal.

Conhecimentos Específicos
Assistente Legislativo

31

Ao assumir uma unidade administrativa, uma gestora verificou que os recursos disponíveis eram insuficientes para atender simultaneamente a todas as demandas da organização. Antes de iniciar a execução das atividades, foi orientada a analisar o ambiente interno e externo, estabelecer prioridades, definir resultados esperados e escolher os cursos de ação mais adequados para alcançá-los.

Essa orientação corresponde predominantemente ao exercício da função administrativa denominada

(A) planejamento.
(B) organização.
(C) direção.
(D) controle.
(E) coordenação.

32

Um servidor recém-lotado em um órgão público, ao consultar edições antigas de manuais de redação oficial, verificou que havia três documentos distintos: o aviso, expedido por Ministros de Estado; o ofício, expedido pelas demais autoridades; e o memorando, expedido entre unidades administrativas de um mesmo órgão. Ao consultar a edição vigente do manual de redação oficial, teve dúvida sobre qual nomenclatura deveria empregar atualmente.

Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, esses três expedientes foram unificados, quanto à nomenclatura e à diagramação, sob a denominação de

(A) aviso.
(B) memorando.
(C) padrão ofício.
(D) exposição de motivos.
(E) mensagem.

33

Ao final do exercício financeiro, uma empresa realizou uma operação de controle físico de estoques na qual todas as áreas de armazenamento foram simultaneamente paralisadas para permitir a contagem integral dos itens existentes e a comparação com os registros administrativos.

Esse procedimento de verificação de estoques é denominado inventário

(A) geral.
(B) rotativo.
(C) cíclico.
(D) permanente.
(E) seletivo.

34

Um Chefe de Seção assinou um ofício solicitando a regularização de determinado contrato. Embora o documento fosse subscrito por ele, o texto foi elaborado exclusivamente em nome da Administração Pública e orientado pelo interesse público, sem qualquer referência à posição individual do signatário.

Essa forma de tratamento do assunto, comum a toda comunicação oficial, decorre do atributo da redação oficial denominado

(A) impessoalidade.
(B) clareza.
(C) concisão.
(D) coesão e coerência.
(E) formalidade.

35

Ao revisar uma minuta de ofício, um servidor encontrou a seguinte redação: *"Podem haver alterações no cronograma em razão da indisponibilidade de recursos."*

De acordo com a norma padrão da língua portuguesa aplicável à redação oficial, essa informação deve ser redigida da seguinte forma:

(A) Podem haver alterações no cronograma em razão da indisponibilidade de recursos.
(B) Pode haver alterações no cronograma em razão da indisponibilidade de recursos.
(C) Deve haverem alterações no cronograma em razão da indisponibilidade de recursos.
(D) Pode existir alterações no cronograma em razão da indisponibilidade de recursos.
(E) Haverão alterações no cronograma em razão da indisponibilidade de recursos.

36

Um órgão público firmou contrato de serviço contínuo com prazo inicial de até cinco anos, prevendo prorrogações sucessivas enquanto se mantivesse vantajoso para a Administração.

O prazo de vigência desses contratos, somadas as prorrogações sucessivas, está limitado a

(A) cinco anos.
(B) quinze anos.
(C) dez anos.
(D) vinte anos.
(E) trinta e cinco anos.

37

Um arquivo público mantinha um conjunto de documentos que, mesmo sem movimentação corrente, ainda constituíam objeto de consultas frequentes por parte do órgão que os produziu, distinto de outro conjunto que já se destinava a eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

Considerando o ciclo vital dos documentos, o primeiro conjunto de documentos é classificado como

(A) intermediários.
(B) permanentes.
(C) correntes.
(D) precários.
(E) semiativos.

38

Um órgão da Administração Pública federal, sem personalidade jurídica própria e integrante da estrutura hierárquica de um Ministério, recebeu, por ato interno, a atribuição de executar tarefas antes concentradas na cúpula do órgão superior.

Essa transferência interna de competências, realizada dentro da mesma pessoa jurídica, caracteriza o fenômeno da

(A) descentralização por outorga, que transfere a titularidade do serviço a uma nova pessoa jurídica criada por lei.
(B) desconcentração administrativa, que distribui competências entre órgãos internos de uma mesma pessoa jurídica, mantendo o vínculo hierárquico.
(C) descentralização por delegação, que atribui a execução de um serviço público a particular mediante contrato.
(D) desconcentração por delegação, que cria uma entidade da Administração indireta vinculada ao órgão superior.
(E) descentralização hierárquica, que reorganiza internamente os órgãos subordinados de um mesmo Ministério.

39

O setor de compras de um órgão público iniciou o planejamento de uma nova contratação e precisava decidir, antes de elaborar o edital, qual modalidade de licitação seria adotada, entre aquelas atualmente previstas na legislação de licitações e contratos administrativos.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, são modalidades de licitação:

(A) pregão, convite, tomada de preços, concorrência e leilão.
(B) concorrência, concurso, leilão, pregão e diálogo competitivo.
(C) pregão, concorrência, dispensa, inexigibilidade e leilão.
(D) convite, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo.
(E) pregão, concorrência, concurso, credenciamento e leilão.

40

Um cidadão apresentou, junto a um órgão público, um pedido de acesso a uma informação que não estava disponível para consulta imediata, sendo necessário que o órgão localizasse e organizasse os dados solicitados antes de fornecer a resposta.

De acordo com a Lei nº 12.527/2011, o prazo para o órgão comunicar sua decisão sobre o pedido, quando não for possível a autorização ou concessão de acesso imediato, é de

(A) 20 dias, prorrogável por mais 10 dias, mediante justificativa expressa.
(B) 10 dias, prorrogável por mais 20 dias, mediante justificativa expressa.
(C) 15 dias, improrrogável, contados da data de protocolo do pedido.
(D) 30 dias, prorrogável por mais 15 dias, mediante justificativa expressa.
(E) 5 dias, prorrogável por mais 5 dias, mediante justificativa expressa.

41

O setor de suprimentos de uma empresa formalizou a sequência cronológica das tarefas do processo de requisição de materiais do almoxarifado, desde o preenchimento do formulário até a remessa do material ao setor requisitante, representando essa sequência por meio de um fluxograma a ser seguido sempre que a tarefa se repetisse.

Esse plano elaborado pela empresa é classificado como

(A) programa.
(B) procedimento.
(C) método.
(D) normas e regulamentos.
(E) plano de ação genérico.

42

O setor de recursos humanos de uma empresa é responsável por elaborar políticas de gestão de pessoas, emitir pareceres técnicos, propor programas de capacitação e orientar os gestores das unidades operacionais quanto às práticas de administração de pessoal. As decisões relativas à execução dessas orientações, contudo, permanecem sob responsabilidade dos gestores das áreas operacionais.

À luz da estrutura organizacional linha-staff, a autoridade exercida pelo setor de recursos humanos é

(A) de linha, fundamentada no comando direto e na tomada de decisões sobre as atividades-fim da empresa.
(B) de linha, fundamentada na ação direta sobre a produção e as vendas dos produtos e serviços da empresa.
(C) mista, que combina simultaneamente comando direto e consultoria sobre as mesmas atividades.
(D) de staff, fundamentada na consultoria e na assessoria funcional aos tomadores de decisão.
(E) hierárquica única, fundamentada na autoridade linear de comando sobre os demais setores da empresa.

43

Durante o atendimento presencial em um órgão público, um cidadão solicitou orientação sobre determinado procedimento administrativo. O agente responsável analisou a demanda apresentada, forneceu as informações necessárias para sua solução e concluiu o atendimento após verificar que todas as etapas indispensáveis haviam sido cumpridas, sem incluir orientações ou providências que não guardavam relação com a solicitação.

De acordo com os atributos associados ao bom atendimento ao cidadão, essa conduta caracteriza:

(A) Suficiência, que consiste em realizar tudo o que é necessário para atender à demanda, sem ultrapassar o que foi solicitado.
(B) Tempestividade, que consiste em atender à demanda dentro do prazo estabelecido para a prestação do serviço.
(C) Eficiência, que consiste na utilização racional dos recursos disponíveis para produzir melhores resultados.
(D) Eficácia, que consiste no alcance dos objetivos e metas previamente definidos pela organização.
(E) Efetividade, que consiste na geração de impactos positivos decorrentes da atuação administrativa.

44

O assunto de determinada política pública envolvia as atribuições de dois ministérios distintos. Os respectivos Ministros de Estado pretendiam submeter, conjuntamente, à consideração do Presidente da República, uma proposta de ato normativo sobre o tema, apontando o problema que demandava a medida, a razão pela qual essa era a solução mais adequada e, ao final, a proposta a ser adotada.

Esse expediente, dirigido ao Presidente da República e assinado por mais de um Ministro de Estado em razão do assunto envolver mais de uma pasta, é classificado como exposição de motivos

(A) circular, expedida por um mesmo órgão a mais de um destinatário simultaneamente.
(B) conjunta, expedida por mais de um órgão a um único destinatário, sem caráter normativo.
(C) informativa, elaborada para informar o Presidente da República de determinado assunto, sem propor medida.
(D) simples, elaborada por apenas um Ministro de Estado sobre assunto de sua pasta.
(E) interministerial, elaborada e assinada conjuntamente pelos Ministros de Estado das pastas envolvidas no assunto.

45

O Presidente da República precisava, no prazo constitucional de 60 dias após a abertura da sessão legislativa, enviar ao Congresso Nacional as contas referentes ao exercício anterior, para exame e parecer da Comissão Mista permanente.

Esse instrumento de comunicação oficial, utilizado pelo Chefe do Poder Executivo para se dirigir ao Poder Legislativo, é denominado

(A) exposição de motivos.
(B) mensagem.
(C) ofício.
(D) portaria.
(E) aviso.

46

Uma empresa adotou o inventário rotativo como método de controle de seus estoques. Para definir a periodicidade das contagens, os itens foram classificados segundo a curva ABC, considerando sua importância relativa para a organização.

Nesse modelo de controle de estoques, a programação das contagens deve observar que os itens classificados como

(A) classe A possuem menor frequência de contagem, pois representam menor quantidade de itens em estoque.
(B) classe B devem ser contados com a mesma frequência dos itens classe A, independentemente de seu valor ou importância.
(C) classe C recebem prioridade máxima de controle, por representarem a maior quantidade física de itens armazenados.
(D) classe A devem receber maior frequência de contagem que os itens das classes B e C.
(E) todas as classes devem ser contadas com a mesma frequência, pois o inventário rotativo elimina a necessidade de priorização.

47

Durante a avaliação ergonômica dos postos de trabalho de um órgão público, verificou-se que determinada atividade administrativa não exigia a permanência contínua do trabalhador em uma única postura, podendo ser realizada com conforto e segurança tanto na posição em pé quanto na posição sentada. A equipe responsável pela adequação dos postos analisou as medidas necessárias para reduzir sobrecargas posturais e melhorar as condições de trabalho.

Considerando as diretrizes de ergonomia aplicáveis ao planejamento dos postos de trabalho, a medida adequada consiste em:

(A) Manter o posto estruturado exclusivamente para a execução da atividade em pé, disponibilizando assento apenas para os períodos de descanso do trabalhador.
(B) Manter o posto estruturado exclusivamente para a execução da atividade sentada, com assento padronizado independentemente das características do trabalhador.
(C) Priorizar a alteração das condições de iluminação do ambiente, pois a adequação luminosa substitui a necessidade de adaptação postural do posto de trabalho.
(D) Manter o trabalho em pé como regra geral, utilizando apoio para os pés como medida suficiente para eliminar os riscos ergonômicos associados à postura.
(E) Planejar ou adaptar o posto de trabalho de modo a favorecer a alternância entre as posições em pé e sentada.

48

Ao redigir um ofício dirigido a uma autoridade tratada por Vossa Excelência, um servidor teve dúvida sobre a pessoa gramatical a ser empregada na concordância verbal, nominal e pronominal associada a esse pronome de tratamento, ainda que a comunicação se dirigisse diretamente à autoridade destinatária.

Nesse caso, de acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, a concordância verbal, nominal e pronominal com os pronomes de tratamento deve ser feita na

(A) primeira pessoa do singular, por se tratar de comunicação direta com o destinatário.
(B) terceira pessoa, ainda que o pronome se refira à pessoa com quem se fala.
(C) segunda pessoa do singular, por corresponder à pessoa gramatical com quem se fala.
(D) segunda pessoa do plural, por tradição no emprego desses pronomes.
(E) primeira pessoa do plural, por representar o órgão que expede a comunicação.

49

Um servidor precisava encerrar um ofício dirigido a uma autoridade de hierarquia superior à sua, inclusive nos casos em que o destinatário fosse o Presidente da República.

De acordo com o Manual, o fecho adequado para essa comunicação é:

(A) Cordialmente.
(B) Reitero protestos de estima e consideração.
(C) Respeitosamente.
(D) Sem mais para o momento.
(E) Atenciosamente.

50

Um servidor redigiu a frase: "Foram furtados os documentos do arquivo em que o servidor costumava trabalhar". Após revisão, constatou-se que o leitor poderia interpretar de forma equivocada o termo retomado pelo pronome relativo empregado.

Para conferir maior precisão ao texto, a substituição adequada seria:

(A) o qual, a qual, os quais, as quais, que marcam gênero e número e retomam com precisão o antecedente.
(B) o mesmo, a mesma, os mesmos, as mesmas, que retomam informalmente o antecedente da oração.
(C) este, esta, estes, estas, que indicam proximidade do termo referente em relação ao emissor do texto.
(D) esse, essa, esses, essas, que indicam proximidade do termo referente em relação ao receptor do texto.
(E) aquele, aquela, aqueles, aquelas, que indicam afastamento do termo referente em relação ao emissor e ao receptor.

51

Um Estado pretende delegar a prestação de determinado serviço público a uma pessoa jurídica que demonstre capacidade para sua execução. Para tanto, será realizada licitação e celebrado contrato pelo qual a empresa assumirá a prestação do serviço por prazo determinado, por sua conta e risco.

Essa forma de delegação é denominada

(A) concessão de serviço público, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para o desempenho do serviço, por sua conta e risco e por prazo determinado.
(B) permissão de serviço público, caracterizada pela delegação precária da prestação do serviço público a pessoa jurídica ou física, mediante contrato de adesão.
(C) autorização de serviço público, caracterizada por ato unilateral e discricionário do poder concedente, independentemente de licitação.
(D) concessão de serviço público precedida de execução de obra pública, caracterizada pela delegação da construção ou reforma de obra de interesse público associada à exploração do serviço.
(E) parceria público-privada, caracterizada pela concessão especial em que há contraprestação pecuniária do poder público ao parceiro privado.

52

Em razão de necessidade técnica de acréscimo do objeto contratado em uma obra de reforma de um prédio público, a Administração determinou, unilateralmente, o aumento do valor inicial atualizado do contrato.

Segundo a Lei nº 14.133/2021, o contratado está obrigado a aceitar, nesse caso, acréscimo de até:

(A) 50% do valor inicial atualizado, limite específico para reforma de edifício ou de equipamento.
(B) 25%, limite aplicável a qualquer acréscimo em obras, serviços ou compras.
(C) 25%, limite específico para reforma de edifício ou de equipamento.
(D) 50%, limite aplicável a qualquer acréscimo em obras, serviços ou compras.
(E) 35%, limite intermediário para obras de engenharia em geral.

53

Um órgão público realizou a avaliação de seu acervo e identificou documentos que, conforme a tabela de temporalidade, não possuíam mais valor administrativo ou histórico.

Segundo a Lei nº 8.159/1991, a eliminação de documentos públicos depende de

(A) decisão exclusiva do próprio órgão produtor, sem necessidade de manifestação externa.
(B) prévia publicação de edital de descarte no Diário Oficial, dispensada qualquer autorização.
(C) deliberação do Conselho Nacional de Arquivos em sessão plenária específica para o caso.
(D) autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.
(E) parecer favorável do Ministério Público quanto à ausência de interesse histórico do documento.

54

Um servidor responsável pela gestão documental de um órgão público verificou que a legislação arquivística anteriormente utilizada como referência para classificação de documentos sigilosos foi parcialmente alterada por norma posterior.

Atualmente, ao definir o grau de restrição de acesso e os respectivos prazos máximos, deverá observar

(A) nos mesmos arts. 22 a 24 da Lei nº 8.159/1991, que permanecem em vigor sem alteração.
(B) no Decreto nº 4.073/2002, que regulamenta a composição do CONARQ e do SINAR.
(C) na Lei nº 12.527/2011, que revogou os artigos. 22 a 24 da Lei nº 8.159/1991 e disciplinou a classificação e os prazos de sigilo.
(D) em resolução do CONARQ, ao qual a Lei nº 8.159/1991 delegou integralmente a matéria.
(E) no art. 8º da própria Lei nº 8.159/1991, que classifica os documentos quanto ao ciclo de vida em correntes, intermediários e permanentes.

55

Uma reforma administrativa buscou substituir o controle rígido de procedimentos e a hierarquia formal por instrumentos de avaliação de desempenho, contratos de gestão e maior autonomia gerencial aos órgãos e entidades públicas, com foco na eficiência e nos resultados entregues ao cidadão.

Essa orientação corresponde ao modelo de administração pública denominado

(A) patrimonialista, fundado na apropriação privada dos cargos e recursos públicos pelos governantes.
(B) burocrático, fundado no controle rígido dos processos e na hierarquia formal como garantia de probidade.
(C) gerencial, fundado na descentralização, no controle por resultados e na avaliação de desempenho.
(D) pós-burocrático, difundido no Brasil antes da reforma gerencial do aparelho do Estado, fundado na participação cidadã direta.
(E) burocrático weberiano em sua forma originária, fundado na impessoalidade e na hierarquia funcional como fins em si mesmos.

56

Durante a execução de um contrato de concessão de serviço público, uma falha técnica identificada nas instalações da concessionária indicou risco imediato à segurança operacional, exigindo a interrupção temporária do serviço para realização de reparo emergencial. A medida foi adotada em uma sexta-feira, sem comunicação prévia aos usuários, em razão da urgência da situação.

Segundo a Lei nº 8.987/1995, a interrupção do serviço nessa hipótese

(A) caracteriza descontinuidade do serviço adequado, pois toda interrupção sem aviso prévio viola o princípio da continuidade do serviço público.
(B) caracteriza descontinuidade do serviço adequado, pois interrupções realizadas em sextas-feiras são vedadas pela Lei nº 8.987/1995, independentemente do motivo.
(C) não caracteriza descontinuidade do serviço adequado, mas somente poderia ocorrer após prévio aviso aos usuários, ainda que motivada por risco à segurança das instalações.
(D) caracteriza descontinuidade do serviço adequado, pois razões técnicas ou de segurança das instalações não autorizam a interrupção da prestação do serviço.
(E) não caracteriza descontinuidade do serviço adequado, pois a interrupção emergencial motivada por razões técnicas ou de segurança das instalações é admitida sem aviso prévio, sendo a vedação relativa a sextas-feiras, sábados, domingos e feriados aplicável apenas às interrupções por inadimplemento do usuário.

57

Na fase de julgamento de uma licitação para aquisição de bens de qualidade padronizável, a comissão de contratação classificou as propostas com base no valor ofertado pelos licitantes, atendidas as especificações mínimas do edital, sem atribuir peso a fatores técnicos.

Esse critério de julgamento adotado pela comissão é denominado, segundo a Lei nº 14.133/2021

(A) melhor conteúdo artístico.
(B) maior retorno econômico.
(C) técnica e preço.
(D) maior desconto.
(E) menor preço.

58

Uma empresa realizou o tratamento de dados pessoais de seus empregados para cumprir obrigações previstas na legislação trabalhista e previdenciária, independentemente de manifestação de consentimento específico por parte dos titulares.

Essa hipótese de tratamento de dados pessoais é fundamentada, segundo a Lei nº 13.709/2018, no(a)

(A) execução de políticas públicas pela administração pública.
(B) tutela da saúde, em procedimento realizado por profissionais de saúde.
(C) consentimento do titular, manifestado de forma livre, informada e inequívoca.
(D) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.
(E) execução de contrato do qual o titular seja parte.

59

Um servidor público praticou determinado ato dentro dos limites formais previstos em lei, sem que houvesse ilegalidade em sentido estrito, mas orientou sua conduta por interesse contrário ao bem comum, em detrimento do padrão ético exigido pelo serviço público.

O juízo que deve ser feito sobre a conduta desse servidor não se resume à distinção entre o legal e o ilegal, mas se estende, sobretudo, à distinção entre

(A) o eficiente e o ineficiente, parâmetro relacionado à celeridade da prestação do serviço público.
(B) o honesto e o desonesto, parâmetro que consolida a moralidade administrativa da conduta do servidor.
(C) o hierárquico e o não hierárquico, parâmetro relacionado à posição do servidor na estrutura do órgão.
(D) o discricionário e o vinculado, parâmetro relacionado à margem de escolha do administrador na prática do ato.
(E) o oneroso e o gratuito, parâmetro relacionado ao custo da atividade para os cofres públicos.

60

Após apurar, em processo específico, que um servidor de determinado órgão federal praticou conduta contrária às regras deontológicas do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a comissão de ética desse órgão, integrada por três servidores públicos e respectivos suplentes, decidiu aplicar ao servidor a penalidade cabível.

De acordo com o Decreto nº 1.171/1994, essa penalidade corresponde a

(A) suspensão do exercício do cargo, aplicada mediante parecer assinado pela maioria dos integrantes da comissão de ética.
(B) demissão do serviço público, mediante processo administrativo disciplinar conduzido pela própria comissão de ética.
(C) censura, fundamentada em parecer assinado por todos os integrantes da comissão de ética.
(D) advertência verbal, sem necessidade de fundamentação em parecer da comissão de ética.
(E) multa pecuniária, calculada em proporção à remuneração do servidor, mediante parecer da comissão de ética.

61

Durante o atendimento em uma unidade pública, um cidadão apresentou comportamento impaciente ao procurar o serviço, em razão de uma situação pessoal ocorrida antes de sua chegada ao órgão. O servidor responsável pelo atendimento percebeu, por sua vez, que também apresentava dificuldade para conduzir a interação de forma adequada em razão de questões pessoais que afetavam seu estado emocional naquele momento.

Considerando os fatores que podem influenciar a qualidade do atendimento ao cidadão, a distinção entre as duas situações descritas está corretamente apresentada em:

(A) Ambos os fatores correspondem a variáveis exógenas, decorrentes de circunstâncias externas alheias à vontade das pessoas envolvidas no atendimento.
(B) O estado emocional do cidadão constitui variável endógena, e o estado emocional do agente público constitui variável exógena, ambas fora do âmbito de interferência de quem atende.
(C) Ambos os fatores correspondem a variáveis endógenas, cabendo ao agente público resolvê-los por meio de técnicas de comunicação não verbal durante o atendimento.
(D) O estado emocional do cidadão corresponde a uma variável exógena, pois decorre de circunstância externa ao atendimento, enquanto o estado emocional do servidor corresponde a uma variável endógena, pois está relacionado à sua própria atuação no processo de atendimento.
(E) O estado emocional do cidadão constitui variável endógena, sobre a qual o agente público deve buscar solução, e o estado emocional do agente público constitui variável exógena, fora de seu âmbito de interferência.

62

Durante a realização de um inventário rotativo, um item do estoque foi submetido à primeira contagem pela equipe reconhecedora e à segunda contagem pela equipe revisora. Após comparar os resultados registrados no cartão de inventário, o coordenador constatou divergência entre as duas quantidades apuradas.

Nessa situação, o procedimento adequado para concluir a apuração do item é

(A) considerar válida a quantidade registrada pela equipe reconhecedora, responsável pela primeira contagem.
(B) considerar válida a quantidade registrada pela equipe revisora, por representar uma conferência posterior.
(C) calcular a média das duas quantidades encontradas e registrar o resultado como saldo físico.
(D) encaminhar o item para uma terceira contagem, realizada por uma equipe diferente das duas anteriores.
(E) retirar o item do processo de inventário e manter o saldo registrado no sistema até nova verificação.

63

Um servidor foi encarregado de elaborar a parte preliminar de um ato normativo a ser editado pelo Presidente da República. O ato teria como finalidade disciplinar matéria de competência presidencial, produzindo efeitos jurídicos imediatos antes da apreciação definitiva pelo Poder Legislativo.

Considerando as regras de elaboração de atos normativos e os modelos de preâmbulo previstos no Manual de Redação da Presidência da República, o servidor deverá utilizar a seguinte redação:

(A) O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto em lei, decreta.
(B) O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei.
(C) O Presidente da República, em virtude de autorização conferida por resolução do Congresso Nacional, adota a seguinte lei delegada, nos limites ali fixados.
(D) O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte medida provisória, com força de lei.
(E) O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, decreta o seguinte ato organizacional.

64

Um texto oficial continha o seguinte trecho: "Pelo ofício circular, recomendou-se aos Ministérios economizar energia e que elaborassem planos de redução de despesas." Um revisor apontou a necessidade de corrigir esse trecho antes da publicação do documento, por conferir tratamento gramatical distinto a duas ideias que deveriam ser equivalentes.

O problema identificado pelo revisor nesse trecho, que deve ser corrigido para adequá-lo à norma padrão, refere-se a:

(A) Sujeito preposicionado, por fazer o sujeito da oração ser antecedido de preposição.
(B) Fragmentação de frase, por pontuar uma oração subordinada como se fosse uma frase completa.
(C) Ambiguidade gerada pelo pronome relativo "que", desprovido de marca de gênero e número.
(D) Erro de comparação, pela omissão de termo necessário à identificação do que está sendo comparado.
(E) Erro de paralelismo, por conferir forma gramatical diferente a elementos que deveriam ser equivalentes.

65

Após realizar estudos sobre a forma mais adequada de transferência da execução de determinado serviço público de interesse local, a Administração concluiu pela adoção de instrumento que preservasse maior flexibilidade ao poder concedente quanto à continuidade da delegação. Para tanto, selecionou, mediante licitação, uma pessoa jurídica com capacidade técnica e operacional para assumir a prestação do serviço, sem transferência da titularidade estatal e com vínculo formalizado em instrumento contratual específico.

Considerando as características apresentadas, o instrumento de delegação adotado pela Administração corresponde à:

(A) Concessão de serviço público, caracterizada pela delegação contratual por prazo determinado, mediante licitação, para execução do serviço por conta e risco do concessionário.
(B) Permissão de serviço público, caracterizada pela delegação mediante licitação, a título precário, formalizada por contrato de adesão e sujeita à revogabilidade unilateral pelo poder concedente.
(C) Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, caracterizada pela transferência da construção ou reforma de obra vinculada à exploração do serviço.
(D) Autorização de serviço público, caracterizada por ato unilateral e discricionário de delegação, independentemente de procedimento licitatório.
(E) Parceria público-privada, caracterizada pela concessão especial com contraprestação pecuniária paga pelo poder concedente ao parceiro privado.

66

Um contrato de obra pública, celebrado sob o regime de contratação integrada, teve sua execução drasticamente onerada por evento de caso fortuito ocorrido durante a vigência contratual, sem que o contrato ainda houvesse sido prorrogado. O contratado formulou, ainda durante essa vigência, pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial, pretendendo, para tanto, a alteração do valor contratual correspondente.

Segundo a Lei nº 14.133/2021, esse pedido é

(A) inadmissível, pois o regime de contratação integrada atribui ao contratado os riscos de elaboração do projeto, impedindo a alteração de valores contratuais em decorrência de eventos supervenientes à assinatura do contrato.
(B) admissível, condicionado a que o pedido seja formulado depois de eventual prorrogação contratual, e não durante a vigência original do contrato.
(C) inadmissível, pois o restabelecimento pressupõe a extinção prévia do contrato, o que não ocorreu na hipótese descrita.
(D) admissível, desde que o evento de caso fortuito estivesse expressamente alocado, na matriz de riscos, como responsabilidade do contratado.
(E) admissível, pois a alteração de valores contratuais na contratação integrada é vedada em regra, mas comporta exceção para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior.

67

Uma entidade privada, encarregada por concessão da gestão de um serviço público, produziu e manteve, ao longo de sua atuação, um conjunto de documentos administrativos relativos a esse serviço. Ao encerrar suas atividades, a entidade pretendia destinar livremente esse acervo, inclusive os documentos de valor histórico nele identificados, por entender tratar-se de arquivo privado.

Considerando a legislação arquivística, essa pretensão da entidade é:

(A) Correta, pois arquivos produzidos por entidades privadas são sempre considerados arquivos privados, qualquer que seja a natureza da atividade por elas exercida ou financiada.

(B) Correta quanto à totalidade do acervo, pois a cessação de atividades da entidade extingue qualquer vínculo remanescente do acervo com a instituição arquivística pública competente.

(C) Incorreta apenas quanto aos documentos de valor histórico, os quais devem ser doados a instituição de pesquisa de livre escolha da própria entidade privada.

(D) Incorreta, pois o acervo produzido no exercício da gestão do serviço público é arquivo público, sujeito a recolhimento à instituição arquivística pública ou a transferência à instituição sucessora, sendo os documentos de valor permanente inalienáveis e imprescritíveis.

(E) Incorreta, pois todo acervo documental produzido por concessionária de serviço público deve ser incorporado ao patrimônio do Arquivo Nacional, com exclusão da atuação de arquivos estaduais, distritais ou municipais.

68

Um servidor público editou ato administrativo observando os requisitos formais previstos em lei, mas o fez com o propósito de beneficiar pessoa de sua relação pessoal, em detrimento do interesse coletivo, apesar de o ato, sob o aspecto formal, atender à norma legal aplicável.

O vício verificado nesse ato atinge, em primeiro plano, o princípio constitucional da:

(A) Legalidade, tendo em vista que a validade do ato administrativo depende da observância das formalidades legais previstas em lei.

(B) Publicidade, tendo em vista que a divulgação do ato à sociedade constitui condição de eficácia dos atos administrativos.

(C) Eficiência, tendo em vista que a busca por resultados deve orientar a atuação da Administração Pública.

(D) Impessoalidade, tendo em vista que a atuação administrativa deve dirigir-se à finalidade pública, vedado o favorecimento de interesses pessoais.

(E) Moralidade, tendo em vista que a atuação administrativa deve pautar-se por padrões éticos de honestidade e lealdade institucional.

69

Um órgão público pretende contratar uma solução para modernizar seu sistema de monitoramento ambiental. Durante o planejamento da contratação, verificou-se que não é possível definir previamente, com precisão suficiente, as especificações técnicas do objeto, pois existem diferentes tecnologias capazes de atender à necessidade institucional, sem que seja cabível identificar, de antemão, qual delas representa a alternativa mais vantajosa. Diante desse cenário, a Administração decidiu instaurar procedimento destinado a identificar, juntamente com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, a solução técnica mais adequada às suas necessidades. Somente após a definição dessa solução serão apresentadas as propostas finais.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a modalidade de licitação cabível é

(A) concorrência.

(B) concurso.

(C) diálogo competitivo.

(D) leilão.

(E) pregão.

70

Um cidadão apresentou, com base na legislação de acesso à informação, um pedido para obter cópia de um processo administrativo que continha dados referentes ao estado de saúde de um servidor público, sem que houvesse consentimento expresso do servidor titular dessas informações nem previsão legal específica autorizando a divulgação.

Diante desse pedido, e considerando a natureza da informação envolvida, o órgão público deve:

(A) Conceder o acesso imediato à totalidade do processo, pois a Lei nº 12.527/2011 assegura publicidade irrestrita a qualquer informação produzida por órgão público.

(B) Classificar o processo inteiro como informação sigilosa em grau ultrassecreto, ainda que a restrição decorra da proteção de dado pessoal, e não de sigilo de Estado.

(C) Negar integralmente o acesso ao processo, sob o fundamento de que qualquer dado de saúde constitui, por si só, hipótese de sigilo eterno e não sujeito a exceções.

(D) Conceder o acesso à informação relativa à saúde do servidor, uma vez que agentes públicos possuem expectativa de privacidade reduzida quanto a informações relacionadas ao exercício de suas funções.

(E) Restringir o acesso à informação relativa à saúde do servidor, por se tratar de dado pessoal sensível sujeito a acesso restrito pelo prazo de cem anos, salvo previsão legal ou consentimento expresso do titular.

Realização

